



Relatório de Reunião com Recomendações

Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG

1º Quadrimestre – 2019

Data da reunião: 18/6/2019

ASSEMBLEIA FISCALIZA – 1º QUADRIMESTRE DE 2019

RELATÓRIO DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Prestação de informações sobre a gestão da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG

I – Apresentação

No dia 18/6/2019, a Comissão de Segurança Pública recebeu o Cel. PM Giovanne Gomes da Silva, comandante-geral da PMMG, que prestou informações sobre a gestão de sua área de competência relativamente ao 1º quadrimestre de 2019, em atendimento ao art. 54 da [Constituição do Estado](#).

II – Presenças

- **Comissão de Segurança Pública:** deputados Sargento Rodrigues (presidente da comissão e da reunião), Delegado Heli Grilo (vice-presidente da comissão), João Leite, Bruno Engler (substituindo o deputado Heli Grilo) e Gustavo Santana (substituindo o deputado Léo Portela).
- **Demais presenças:** deputadas Beatriz Cerqueira e Andrea de Jesus e deputados Virgílio Guimarães, Antônio Carlos Arantes, Dalmo Ribeiro Silva, Gustavo Valadares, Luiz Humberto Carneiro, Bosco, João Vítor Xavier, Ulysses Gomes, Noraldino Júnior, Charles Santos, Zé Guilherme, Raul Belém, Professor Irineu, Zé Reis, Coronel Sandro e Coronel Henrique.

III – Discussões

O comandante-geral da PMMG, inicialmente, realizou a exposição referente ao art. 7º da [Deliberação nº 2.705, de 23/4/2019](#).

Na primeira parte da explanação, o comandante-geral apresentou os números referentes à queda dos índices de criminalidade violenta em todo o Estado. Segundo o coronel, de janeiro a maio de 2019, os homicídios caíram 17%, roubos de veículos 38%, roubos consumados 29%, estupros consumados 13% e furtos consumados 9%. Além disso, nesse mesmo período, foram

apreendidas 10.337 armas de fogo, recuperados 9.159 veículos, efetuadas 132.104 prisões/apreensões e desencadeadas 848.919 operações policiais.

Na segunda parte da explanação, o comandante-geral concentrou-se nos temas indicados pela comissão para serem enfatizados no Assembleia Fiscaliza.

Em relação à recomposição de efetivo de policiais militares, o comandante-geral apresentou dados referentes à situação da instituição. Atualmente, a Polícia Militar conta com 38.606 militares ativos, sendo que deveria contar com 51.669 policiais, perfazendo um déficit de 13.063 militares. Nos últimos quatro anos, 8.632 policiais militares passaram para a reserva remunerada e outros 5.420 ingressaram na instituição. Para recompor parte do efetivo, até 2020 a instituição formará 1.680 novos policiais e promoverá a substituição de 1.400 militares que atuam em atividades administrativas por servidores civis, ocupantes de cargos comissionados. O coronel afirmou que a convocação de excedentes aprovados em concurso público será medida excepcional e, de regra, ocorrerá apenas quando houver uma desistência de um discente matriculado. E frisou que a definição do número de vagas para cada curso de formação da PMMG é precedida de estudo que leva em consideração os cargos ativos, as vagas oriundas de evasões e promoções, a projeção de promoções na carreira e os cargos previstos na [Lei nº 22.415, de 2016](#), que fixa o efetivo da PMMG e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – para o período de 2017 a 2019.

Em relação à política de remuneração e promoção, o comandante-geral afirmou que os militares necessitam de reposição das perdas inflacionárias dos últimos anos, contudo, devido à capacidade financeira do Estado, será necessário um estudo aprofundado da questão para que uma política de governo possa ser elaborada. Os valores referentes às ajudas de custo (indenização paga aos militares para custeio de despesas de mudança e instalação, exceto as de transporte¹) não estão sendo pagos em dia e já alcançaram um débito de R\$28.115.238,74. As férias-prêmio, que representam uma dívida de R\$79.899.228,32, estão sendo pagas com atraso e há, atualmente, 1.300 militares ou servidores aguardando pagamento. As diferenças de promoção (pagamentos retroativos referentes a períodos em que o policial já havia sido promovido na carreira, contudo, por questões administrativas, o militar não recebia por alguns meses o aumento) foram totalmente acertadas e, atualmente, assim que o militar é promovido o setor administrativo já efetua o pagamento da diferença no mês posterior. Quanto às diárias de viagem, o coronel informou que os pagamentos estão em dia e que, na medida do possível, está tentando reduzir essa despesa, contudo, caso ocorra alguma excepcionalidade na ordem pública em qualquer local do Estado que necessite do envio de militares, as diárias de viagem precisam ser pagas.

1 MINAS GERAIS. Polícia Militar (PMMG). Diretoria de Educação Escolar e Assistência Social (DEEAS). **Ajuda de Custo**. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <<https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/deecas/conteudo.action?conteudo=4792&tipoConteudo=subP>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

Em relação ao quantitativo de armamento à disposição dos militares, o coronel informou que serão adquiridas pela corporação 470 novas armas de fogo e que está em andamento um projeto de redistribuição das armas, para atender, especialmente, municípios localizados nas divisas com outros estados e para disponibilizar uma arma para porte pessoal de cada militar. Situação semelhante ocorre com os equipamentos de proteção individual, especialmente coletes balísticos. O coronel frisou que, no ano de 2019, já foram distribuídos ou realocados 5.011 coletes, haja vista que até o fim do ano 1.181 perderão a validade.

Em relação aos treinamentos para qualificação dos policiais militares, espera-se treinar, no ano de 2019, 38.495 policiais em 131 modalidades de curso. O comandante-geral apresentou um plano de otimização dos cursos de atualização, reduzindo o tempo em que o militar permanece indisponível para emprego na atividade policial e, ainda, promovendo redução de custos de aproximadamente 3 milhões de reais.

Em relação à renovação da frota de viaturas da PMMG, o comandante-geral afirmou que, em 2019, já foram entregues 750 novas viaturas e há previsão da chegada de mais 167 por meio de convênios, doação, emendas parlamentares e termos de ajustamento de conduta – TACs. Informou, ainda, que 93% da frota está lotada em unidades operacionais – consequentemente, 7% são destinados a funções administrativas – e que a Polícia Militar pretende renovar a frota de viaturas específicas para patrulhamento de áreas rurais.

Acerca das edificações utilizadas pela instituição, o coronel informou que, somente em 2019, cinco unidades foram reformadas e 21 estão recebendo manutenção. Além disso, pretende-se, por meio de convênio, construir três estandes de tiro no interior do Estado e melhorar as instalações do 22º Batalhão da Polícia Militar, localizado em Belo Horizonte.

Por fim, acerca do Instituto de Previdência dos Servidores Militares – IPSM –, o comandante-geral afirmou que o total de valores não repassados pelo tesouro estadual ultrapassou os 3 bilhões de reais. Já os débitos referentes ao custeio de serviços de saúde somam R\$144.437.742,94. O comandante frisou que o governador Romeu Zema está sensível à questão e tem repassado, semanalmente, 12 milhões de reais ao instituto para custear a assistência à saúde dos militares.

Após a explanação do comandante-geral, a comissão apresentou seus questionamentos, sendo que as condições de trabalho e a remuneração dos policiais militares foram as temáticas mais abordadas.

A comissão solicitou esclarecimentos acerca dos seguintes temas: cumprimento da carga horária semanal de trabalho prevista na [Lei Complementar nº 127](#); indeferimento de pedidos de movimentação funcional de militares para acompanhar cônjuge ou companheiro; longo deslocamento de policiais militares até os postos de trabalho; programas habitacionais no âmbito da

corporação; elevado número de autoextermínios de policiais militares e quais as atitudes da corporação para minimizar o problema; lançamentos de viaturas com apenas um policial militar; destacamentos distantes da capital que, ou não dispõem de armas longas ou, quando possuem, não contam com militar credenciado para operá-las; recomposição das perdas inflacionárias dos policiais militares.

Em relação à carga horária semanal fixada na [Lei Complementar nº 127, de 2013](#), o comandante-geral afirmou que, desde a promulgação da lei, que foi precedida de ampla discussão na ALMG, foi preciso alterar os diversos modelos de escalas de trabalho existentes no Estado. Pontuou que, estando nos 853 municípios, a PMMG, para se adequar às condições de cada localidade, possui diversos modelos de escalas e, assim, várias adaptações precisaram ser realizadas. A ordem do comando da instituição é que as horas que excederem a carga horária máxima semanal sejam incluídas em um banco de horas para posterior compensação. O coronel ressaltou que a rotina de trabalho do policial militar é singular. Citou, como exemplo, a situação de um policial, já no fim de sua jornada de trabalho, que se envolva em uma prisão ou em situação que exija sua pronta resposta: ele não poderá, por dever funcional, suspender a atuação porque a carga horária máxima semanal foi excedida.

Em relação aos indeferimentos dos pedidos de movimentação funcional de militares para acompanhar cônjuges ou companheiros, o comandante afirmou que a PMMG não tem condições de deferir todos os pleitos, especialmente aqueles que ocasionarão o desfalque de localidades de fronteira. O coronel afirmou que a PMMG deve cumprir o que é estabelecido na legislação, contudo esse cumprimento deve ser realizado com responsabilidade, haja vista que uma localidade não pode ficar com um efetivo extremamente reduzido porque ocorreram diversos pedidos de transferência para acompanhamento de cônjuge ou companheiro.

O longo deslocamento de alguns militares até os postos de trabalho, segundo o coronel, é minimizado pela realização de concursos regionalizados, a exemplo dos que a PMMG vem realizando nos últimos anos, e pela disponibilização de residências funcionais aos militares. Contudo, o coronel pontuou que determinadas situações excepcionais acabam por exigir que alguns militares realizem longos deslocamentos até os postos de trabalho. Citou, como exemplo, aquelas localidades em que não há nenhum militar que tenha nascido ou more na região ou, ainda, no caso de funções que exigem nível superior e que, igualmente, não possuem nenhum militar na localidade que possua a qualificação. Assim, para que o policiamento da região possa ocorrer com normalidade, militares que residem em outros municípios necessitarão deslocar-se, em algumas oportunidades, por distâncias consideráveis, para exercerem suas funções.

Acerca dos programas habitacionais no âmbito da corporação, o comandante-geral afirmou tratar-se de um grande desafio pois, há muito tempo, não há destinação de recursos

orçamentários para essa finalidade, fazendo com que os financiamentos de residências para integrantes da corporação permaneçam suspensos.

Em relação ao elevado número de autoexterminios de policiais militares, o comandante afirmou se que trata de problema delicado e de grande complexidade. Citou que os policiais são acompanhados periodicamente por psicólogos e médicos da instituição, contudo, em alguns dos casos registrados, o policial não tinha nenhum registro de problemas psicológicos ou psiquiátricos. Segundo o coronel, o que agrava o problema é o fato de o policial ter livre acesso à arma de fogo, que é, geralmente, o meio utilizado para cometimento do suicídio.

Quanto à questão de lançamentos de viaturas com apenas um policial militar, o comandante-geral afirmou que todos os casos são excepcionais, haja vista que a normalidade é a utilização de, no mínimo, dois militares. Frisou que nesses casos a atuação é sempre voluntária e os militares não realizam abordagens, situação que os colocaria em alto risco pessoal.

Acerca de destacamentos da corporação distantes da capital que, ou não dispõem de armas longas ou, quando possuem, não contam com militar credenciado para operá-las, o coronel pontuou que, como dito na apresentação, já está promovendo a redistribuição desse tipo de armamento. Assumiu, ainda, o compromisso de promover mais cursos de credenciamento. O coronel ressaltou, também, que revogou a exigência de renovação do credenciamento a cada dois anos e, dessa forma, o militar que se credenciar para utilização da arma longa não necessitará renovar o credenciamento.

Acerca da recomposição das perdas inflacionárias dos vencimentos dos policiais militares, o comandante afirmou que tem conversado com o governador do Estado sobre isso e pontuou que a defasagem já diminuiu o poder de compra dos policiais em 23%.

Outros temas foram discutidos pela Comissão de Segurança Pública, conforme destacado nos tópicos a seguir.

- Questionamento se existe ordem do comando da instituição para que policiais militares alterem a tipificação de Registros de Evento de Defesa Social – Reds – com o objetivo de diminuir artificialmente os índices de criminalidade. O comandante-geral foi expresso em afirmar que não existe tal determinação da instituição e, inclusive, existem auditorias para controlar exatamente a tipificação correta das condutas criminais.
- Aumento dos índices de criminalidade no campo e, diante da dificuldade econômica enfrentada pelo Estado, foi sugerida a realização de consórcios, a exemplo do que ocorre na área da saúde, para que um grupo de municípios possa custear a manutenção de viaturas policiais que realizem policiamento na região.
- Ações para prevenção de invasões de propriedades rurais. Segundo o comandante, a corporação não permitirá que sejam realizadas invasões de propriedades no Estado e

afirmou que haverá reforço no patrulhamento preventivo dessa modalidade criminosa. Pontuou, inclusive, que a instituição conta com o Grupo Especializado em Monitoramento Ambiental – GPAM –, que já atua a partir de denúncias, e que passará a fazer operações especiais, o que deve inibir ações criminosas.

- Necessidade de digitalização da rede de rádio utilizada pela PMMG, de modo a abranger todo o Estado e evitar as “sombras” que existem na rede analógica. Segundo o coronel, é necessário um investimento de 23 milhões de reais para digitalização integral e, como o Estado não possui essa quantia, a PMMG está em tratativas para buscar esse valor por meio de emendas parlamentares ou Termos de Ajustamento de Conduta – TACs.
- Crescimento no Estado de registros de crimes de intolerância religiosa, especialmente contra religiões de matriz africana. Segundo o comandante, a PMMG elaborará um estudo para levantamento desses casos e editará um memorando contendo protocolo específico para atuação nesse tipo de ocorrência.
- Ampliação da Patrulha de Prevenção da Violência Doméstica – PPVD. Segundo o coronel, a patrulha que, atualmente, está em apenas 22 municípios, será ampliada para todos os 67 Batalhões da Polícia Militar e, assim, passará a ter abrangência estadual. O coronel informou, também, que no Treinamento Policial Básico – TPB –, que é um curso realizado a cada dois anos por todos os militares, será ministrada disciplina específica com a temática da violência doméstica.
- Ampliação da política de policiamento com a utilização de Bases Comunitárias Móveis para todo o Estado.
- Atuação exitosa das Rondas Táticas Metropolitanas – Rotam –, unidade que integra a PMMG, nos municípios do interior do Estado e, especialmente, em Viçosa.
- Utilização pelas forças de segurança pública dos bens apreendidos de traficantes de entorpecentes. Segundo o coronel, antes mesmo da edição, pelo governo federal, da [Medida Provisória nº 885/2019](#), a PMMG já estava realizando tratativas com o Poder Judiciário estadual para que esses bens possam ser utilizados pela corporação, especialmente pelos setores de inteligência.
- Comportamento da Polícia Militar em manifestações em que ocorram tumultos, fechamento de vias ou incêndios. Também foi abordado o falecimento da Sra. Edi Alves Guimarães, em 15/6/2019, em Belo Horizonte, em manifestação contra a reforma da previdência. Segundo o coronel, a instituição já possui protocolo de atendimento para esses casos e o direito à manifestação não pode se sobrepor ao direito à vida.

IV – Recomendações

Em atendimento ao art. 9º da [Deliberação nº 2.705, de 23/4/2019](#), foram apresentadas recomendações decorrentes da reunião, na forma dos requerimentos a seguir.

Comissão de Segurança Pública

- [RQC nº 2.981/2019](#) – Audiência pública da comissão para debater o lançamento de escala de serviço em que um único policial militar é escalado para o policiamento a pé ou em viatura.
- [RQN nº 1.869/2019](#) – Pedido de providências ao Comando-Geral da Polícia Militar para a elaboração de protocolo específico para o atendimento e o registro policial de ocorrências de intolerância religiosa, especialmente aquelas que têm como vítimas os adeptos de religiões de matriz africana.
- [RQN nº 1.850/2019](#) – Pedido de informações ao comandante-geral da Polícia Militar sobre os índices de letalidade da PMMG nos últimos cinco anos, discriminando-se os óbitos de civis e os de policiais militares.
- [RQN nº 1.853/2019](#) – Pedido de informações ao comandante-geral da Polícia Militar sobre as operações realizadas pelo Batalhão de Rondas Táticas Metropolitanas – Rotam – no interior do Estado, especialmente no Município de Viçosa, a fim de que a comissão possa acompanhar a efetividade da estratégia de prevenção à criminalidade pela utilização de unidades especializadas de repressão qualificada.

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

- [RQN nº 1.828/2019](#) – Pedido de informações ao comandante-geral da Polícia Militar sobre o treinamento, no próximo biênio, para a atuação dos policiais militares nos casos de violência doméstica, bem como sobre o cronograma de expansão da Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica – PPVD – e as localidades que serão priorizadas, uma vez que, conforme a apresentação do comandante-geral, a PPVD atende atualmente 22 municípios e passará a atender 86 até o final da atual gestão.

Sala das Reuniões, de de 2019.

Deputado Sargento Rodrigues

Presidente e relator da 15ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública – Assembleia
Fiscaliza